

**Ata da Terceira Reunião Ordinária do
Conselho Estadual dos Direitos da
Criança e do Adolescente do AM/ 2025.**

As nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se em reunião **ORDINÁRIA**, no auditório da Delegacia Geral de Polícia Civil do Amazonas, presidida pela presidente do Conselho Amanda Cristina Gomes Ferreira os **PRESENTES**: Tereza Celeste Freire de Moura Pangaio – **SEAS**; Alcione Lelo Reis – **CEDCA**; Jane de Souza Nagaoka – **SES**; Roberto Said Oliveira – **SEFAZ**; Everaldo Ramos dos Santos – **SEC**; Viviani Niceia Noronha – **SSP**; Janiel Oliveira Guedes – **MCVE**; Maria Wanderlice Solartes da Cruz – **MCVE**; Rosivane Souza dos Anjos – **CÁRITAS**; Margarette Rocha Torres – **CÁRITAS**; Silvia Maria Soares Porto – **CNBB**; Márcia Maria de Souza Miranda – **CNBB**; Ayda Kelly Freitas do Nascimento - **Centro de Formação Vida Alegre**; Neila Regina Souza de Melo – **CASA DE SARA.**; **CONVIVADOS**: Rosalina Moraes Lobo - **SEJUSC**; Piter Siqueira de Araújo – **SEJUSC**; Juliana Gomes Tuma – **Polícia Civil**; Luzinilde Pinheiro – **FEDCA**; Rosa Kipper – **Rede um grito pela vida**; Cassandra Torres Lemos – **CEVSCA**; Jaíne Gonçalves – **UGPE**; Eliana Hayden – **CMDCA**; Carla – **SEDCA**; Glaucimara Silva de Oliveira - **Rede um grito pela vida**; Zélia Campos – **SAAVIS**; Sérgio Machado – **IML**; Ennio Queiroz de Oliveira – **CEDCA**; Jean Maximino – **FEPEPI**; Sarah Lobo – **DPE AM**; Marcus Bessa – **DPE AM**; Mayara Trindade – **TJAM**; Maria Clara Mattei – **MPT**; Deborah Leão – **PCAM**; Michele – **CEVSCA**; Yane Macedo – **DEP AM**

Da pauta constou-se: A presidente Amanda Cristina (IACAS) iniciou desejando um bom dia e agradecendo pela presença de todos, reiterando sobre a reunião descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, acerca das questões do Centro Integrado. A presidente realiza uma breve explicação sobre a importância e o processo percorrido até a conquista da construção do Centro Integrado, e os motivos pelos quais a Delegacia Especializada foi escolhida como sua porta de entrada. Da pauta constatou-se: **a) Linha do tempo e andamento do Centro Integrado:** A presidente passa a palavra para as representantes da SEJUSC, Rosalina Lobo e Carla, para discorrerem sobre a ideia geral da implantação do centro, apresentando os processos administrativos e todos

os aspectos relacionados tanto à obra quanto às demais aquisições e estratégias de trabalho em torno do projeto, e em seguida, a linha do tempo do Centro Integrado, marcando com evidência, registro e data todas as ações que a SEJUSC realizou efetivamente, a partir da Legislação da Secretária do Estado. A representante Carla (SEJUSC) iniciou destacando que, até fevereiro de 2023, o local para a implantação do Centro Integrado ainda não havia sido definido, existindo apenas algumas opções em análise. No entanto, nesse mês, o governador anunciou publicamente que o centro seria implantado na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA). A partir dessa definição, o Departamento de Infraestrutura da SEJUSC iniciou visitas técnicas ao local para avaliar a estrutura existente, verificar possibilidades de ampliação e determinar se seriam necessárias apenas adequações. Também foram realizadas tratativas para resgatar os projetos estruturais do prédio e identificar qual órgão estadual era responsável por sua gestão, processo que envolveu a SEAD e exigiu a superação de diversas questões burocráticas. Em março de 2023, a Unidade de Desenvolvimento Institucional (UDI) apresentou uma proposta de planta preliminar, baseada nas informações levantadas sobre a edificação. Paralelamente, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) iniciou uma pesquisa para identificar o gestor oficial do prédio da DEPCA, permitindo o avanço das tratativas para a formalização da implantação. No mês de maio, durante o evento Faça Bonito, o governador assumiu o compromisso público de realizar a licitação para a implementação da empresa responsável pela construção e a inauguração do Centro Integrado. Nos meses de junho e julho, intensificaram-se as reuniões entre a SEJUSC e o Conselho Estadual, com o objetivo de discutir a planta do projeto, os espaços necessários e os serviços complementares a serem implantados. Todas as discussões foram registradas em ata, garantindo a transparência do processo. Durante esse período, também foi realizada uma reunião com a Dra. Alzira Melo- Procuradora Geral do MPT para validar a proposta apresentada. Com a anuência do Conselho, a equipe de infraestrutura da SEJUSC deu início à elaboração dos projetos executivos. Os estudos e os primeiros esboços foram desenvolvidos a partir de julho. Em novembro, o projeto executivo foi finalizado, mas precisou ser revisado para atender às novas diretrizes da legislação de licitações, visto que, inicialmente, foi elaborado com base na lei anterior. Além das adequações à nova legislação, surgiram discussões com o Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre a possibilidade de

67 ampliação do prédio, visto que os espaços planejados inicialmente eram reduzidos e
68 já comportariam três equipamentos no mesmo local. A primeira apresentação do
69 projeto ao Conselho demonstrou que a melhor solução seria ampliar a estrutura para
70 melhor atender às necessidades do Centro Integrado. A validação para essa
71 ampliação ocorreu em uma reunião com o MPT, em junho, onde se esclareceu que
72 os recursos destinados ao projeto, inicialmente caracterizados como doação, não
73 especificavam claramente se poderiam ser utilizados para ampliação. Após essa
74 reunião, foi gerada uma ATA formalizando a anuência legal do MPT, permitindo o uso
75 dos recursos para expansão da estrutura. A partir dessa decisão, o projeto original foi
76 reformulado para contemplar a ampliação e readequação dos espaços. Dessa forma,
77 ao longo do período de planejamento, foram elaboradas duas versões do projeto: a
78 inicial e a revisada, que incorporou a nova perspectiva de ampliação. Em fevereiro de
79 2024, o processo foi encaminhado à Unidade de Gestão de Projetos Especiais
80 (UGPE), a fim de agilizar a licitação e garantir maior eficiência na contratação da
81 empresa responsável pela obra. Com isso, consolidou-se um panorama das ações
82 realizadas pela SEJUSC no período de fevereiro de 2023 a fevereiro de 2024,
83 representando um ano de esforços contínuos para a viabilização do Centro Integrado.
84 Foi apresentado o cronograma atualizado do projeto, destacando que, a partir do
85 envio do processo, foi estabelecido um planejamento com as seguintes etapas: Início
86 da licitação no dia 22 de julho de 2024; análise da habilitação e classificação das
87 propostas no dia 22 de julho a 31 de julho de 2024; retomada da licitação no dia 1º
88 de agosto de 2024; prazo para recursos no dia 2 de agosto a 15 de agosto de 2024;
89 homologação e empenho: data prevista conforme andamento do processo. A
90 representante informou que a contratação foi efetivada em 3 de setembro de 2024,
91 com vigência do contrato até 1º de agosto de 2025. A assinatura da ordem de serviço
92 ocorreu na mesma data, e a execução da obra está prevista para o período de 3 de
93 setembro de 2024 a 3 de julho de 2025. O contrato total segue vigente até 1º de
94 agosto de 2025. Além das questões da obra, foi mencionado que há um processo
95 paralelo referente à equipagem do centro. Diante disso, foi questionado aos presentes
96 se desejavam seguir com a apresentação da evolução da obra ou se preferiam deixar
97 essa etapa para uma próxima reunião, na qual o tema seria abordado de forma mais
98 detalhada na LDA. **b) Evolução da obra:** Na sequência, foi solicitado que os
99 convidados Piter Siqueira e Jaine Gonçalves (SEJUSC) apresentassem as

informações pertinentes à próxima etapa do projeto. Sobre a localização, está localizada na Via Láctea, no Conjunto Morada do Sol, no prédio da DEPCA. Foram apresentadas informações do contrato, dados técnicos e andamento da obra, prazos e execução. Atualmente, a obra encontra-se com 53% de execução, e restam 46% para finalização. Foi ressaltado que a obra está adiantada em relação às medições. A convidada Maria Clara Mattei (MPT) questiona o motivo das adequações não poderem ser realizadas dentro do prazo previsto. O convidado Piter Siqueira explica que a data estipulada para entrega da obra é 18 de maio de 2025. Foi esclarecido que não há cronograma para execução de obras após 18 de maio, e que a dilatação do prazo é apenas uma medida preventiva para evitar problemas contratuais, caso alguma adequação seja necessária. **c) Processos e linha do tempo:** Em seguida, a convidada Carla (SEJUSC) retoma a palavra, adentrando em questões dos processos administrativos e acordo de cooperação técnica, foi discutido o andamento dos processos administrativos relacionados à construção do Centro Integrado e as ações da SEJUSC. Os principais pontos abordados foram o imobiliário e equipagem, em abril de 2023, a SEDCA iniciou um processo administrativo com o objetivo de formalizar um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre as secretarias envolvidas na rede de proteção para viabilizar os servidores e os serviços necessários para a operação do centro. O acordo tem como foco definir os serviços que serão realizados no centro e os servidores que estarão alocados no local. Para cada secretaria foi encaminhada com um ofício contendo uma minuta explicativa sobre os tipos de serviços que seriam necessários. A grande maioria das secretarias já respondeu favoravelmente ao ofício, com exceção da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e da Secretaria de Saúde. Essas duas secretarias ainda precisam fornecer suas respostas para que o processo de formalização do acordo de cooperação técnica seja concluído. A representante Rosalina Lobo (SEJUSC) menciona que, em relação ao processo de cooperação técnica, a Secretaria de Assistência Social respondeu desfavoravelmente à participação no Centro Integrado, sendo essa uma resposta negativa para todos os serviços relacionados. Contudo, foi esclarecido que, apesar da resposta desfavorável, o espaço foi reservado para os conselheiros tutelares, que continuam a ocupar a DEPCA, e que os profissionais de saúde terão acesso ao local conforme necessário, não havendo “portas fechadas” para as interações interinstitucionais. Foi discutido que alguns serviços essenciais para o Centro

Integrado não poderão ser desconectados de órgãos como a Assistência Social e Saúde. A representante destacou que o processo de integração com esses serviços é fundamental para a efetividade do Centro. Também foi mencionada a necessidade de ajustes nos serviços de saúde e segurança, principalmente devido às mudanças de secretários nas pastas. A Secretaria de Saúde, representada pela secretária Nayara, teve reuniões com os responsáveis pela pasta de segurança, incluindo o coronel Vinícius. O coronel Vinícius destacou a importância da implementação de serviços de segurança como o reconhecimento facial, já utilizado pelo Estado em grandes eventos. Este serviço ajudará na identificação de pessoas e no cruzamento de dados, melhorando a segurança do Centro. Além disso, foi solicitado que as câmeras de identificação facial sejam instaladas na entrada do Centro, como medida de segurança adicional. Foi ressaltado que, além do serviço de reconhecimento facial, outras melhorias tecnológicas, como a manutenção da infraestrutura e serviços relacionados à inteligência artificial, estão sendo consideradas para aprimorar a eficiência e a segurança do Centro Integrado. A convidada Carla (SEJUSC) pede a fala e fomenta a questão dos processos sobre a expectativa de tais formalidades. A presidente Amanda Cristina (IACAS) afirma a importância de o Centro Integrado se fazer uma ação conjunta, com todos os órgãos da prefeitura de Manaus. A convidada Carla (SEJUSC) procede falando sobre os avanços sobre o Convênio com o MDHC e Status de Licitações para Equipamentos do Centro Integrado. Foi discutida a corresponsabilidade entre os níveis de governo para a construção do Centro Integrado. A responsabilidade deve ser compartilhada entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Contudo, não foi possível avançar com a colaboração do município até o momento. A documentação necessária será fornecida, e, se necessário, será recorrida a instâncias superiores. A engenharia já fez a adequação dos equipamentos ao espaço físico e eliminou itens duplicados que seriam comprados com o recurso do Governo Federal. A previsão é que o mobiliário, que representa 80% da equipagem do Centro, seja integralmente adquirido com esse recurso. Inicialmente, estimava-se um investimento de R\$ 600 mil na compra de materiais permanentes. No entanto, com a adequação realizada, foram eliminadas diversas aquisições, como aparelhos de ar-condicionado e mobiliários, reduzindo os custos. A convidada Carla (SEJUSC) informa que, apesar de o recurso federal ainda não ter sido recebido, há um percentual de contrapartida que permitirá a realização

166 da primeira compra do centro integrado, compreendendo uma geladeira e cinco
167 frigobares. Além do mobiliário, outros equipamentos como televisões e
168 eletrodomésticos já estão incluídos em processos de licitação. A convidada Rosalina
169 (SEJUSC) destaca dois processos principais em andamento, o de equipamentos
170 permanentes complementares, e dos materiais de consumo, que já foi enviado ao
171 conselho. O processo de aquisição de equipamentos de informática (computadores e
172 notebooks) já foi deferido pelo conselho e segue para formalização contratual. A
173 presidente Amanda Cristina (IACAS) destaca que os equipamentos destinados à
174 circulação pública não atendem às necessidades do Centro, pois os computadores
175 requeridos para suas atividades possuem maior potência e especificações técnicas
176 mais avançadas. A convidada Sarah Lobo (DPE) questiona sobre a municipalização
177 da política de atendimento, visto que, neste primeiro momento, o município não estará
178 presente no centro na área da assistência social e saúde. Diante disso, foi
179 questionado se o Estado supriria essa ausência. A convidada Rosalina (SEJUSC)
180 informa que o Estado assumirá serviços considerados críticos, como os prestados
181 pelo IML e pela segurança pública, enquanto os demais serviços estão sendo
182 ajustados conforme a capacidade disponível. A convidada Sarah (DPE) sugere a
183 realização de uma reunião com o município para reforçar a importância da
184 participação municipal no Centro Integrado, garantindo que ele assuma suas
185 responsabilidades dentro da política de municipalização. A presidente Amanda
186 Cristina (IACAS) agradece a convidada, e reitera que um dos desafios apontados na
187 reunião diz respeito ao atendimento prestado pelo Serviço de Atendimento às Vítimas
188 de Violência Sexual (SAVVS) e ao Instituto Médico Legal (IML). Foi sugerido que, no
189 Centro Integrado, as salas de atendimento sejam compartilhadas entre médicos
190 especializados e peritos, garantindo um olhar mais completo e especializado durante
191 os exames. A conselheira Viviani (SSP) pontua que o sistema Guardian, usado para
192 extração de dados de celulares apreendidos, exige equipamentos mais potentes, já
193 que os computadores atuais não suportam o sistema adequadamente. Também
194 reitera a intenção de criar um laboratório para ampliar as análises, visto que
195 atualmente há apenas dois analistas. São necessários quatro computadores de alto
196 desempenho (R\$ 95 mil cada). A convidada Rosalina (SEJUSC) responde, afirmando
197 que a área de informática do Centro Integrado está garantida. Com apoio da SSP,
198 foram feitas negociações com o coronel Vinícius e equipe de TI, assegurando que o

centro tenha armazenamento em nuvem sem necessidade de investimento direto da doação. A presidente Amanda Cristina (IACAS) reforça a necessidade de garantir a segurança e confidencialidade das informações armazenadas, evitando vazamentos como os que já ocorreram em operações anteriores. **d) Fluxo e procedimentos DEPCA:** A presidente Amanda Cristina (IACAS) passa a palavra para a delegada Juliana Tuma, que agradece o convite e a todos que estão presentes. A delegada inicia sua fala reiterando sobre a importância da proteção de dados e sigilo nas investigações e que todos os órgãos envolvidos devem assumir o compromisso de garantir a segurança das informações e proteger a identidade das vítimas. A convidada Juliana apresenta os procedimentos de atendimento e explica como a equipa prioriza o acolhimento e a escuta atenta. Em seguida, explica o protocolo para casos de crimes sexuais, como funciona a cooperação das instituições e os desafios sofridos. A convidada Maria Clara Mattei (MPT) pede a fala e pontua sobre o fluxo de procedimentos e a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. A convidada também fez um pedido formal para que os inquéritos policiais ou denúncias relacionadas à exploração sexual com remuneração sejam encaminhados ao Ministério Público do Trabalho para que possam ser analisados e, quando necessário, solicitados os direitos trabalhistas das vítimas. Ela também sugere a inclusão do MPT no fluxo procedimental para facilitar a atuação conjunta e a responsabilização de todos os envolvidos na cadeia de exploração. A delegada Juliana agradece a fala, e afirma que vai agregar muito valor, mas explica que embora o fluxo geral tenha sido abordado, existem outros fluxos específicos de crimes que envolvem situações de exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive com casos de gravidez resultante de abuso sexual. A delegada também afirmou que, anteriormente, não era prática da gestão enviar todas essas informações, mas que a partir de agora será implementado o envio dos casos de exploração sexual e outras situações de trabalho infantil para o Ministério Público do Trabalho (MPT). O convidado Jean (FEPTI) pede a fala, destacando a grande subnotificação de casos de violência, especialmente no que se refere ao trabalho infantil. Foi ressaltado que, mesmo com a realização de campanhas, como a de 12 de outubro, houve uma melhora significativa nas notificações, com 126 registros de exploração e trabalho infantil no ano passado. No entanto, a subnotificação ainda é um grande desafio, tanto no município de Manaus quanto no estado do Amazonas. O

convidado Jean cita a importância de trabalhar em rede com a Secretaria de Assistência Social, órgãos legislativos, executivos e de controle para fortalecer as políticas públicas de combate ao trabalho infantil. A delegada Juliana demonstra sua inquietação diante da questão abordada, afirmando que enquanto policial, não poderia prometer uma solução rápida e definitiva para o problema do trabalho infantil. No entanto, se necessário, ela estaria disposta a atuar, mesmo que com um grande custo emocional. Também reiterou a importância de uma abordagem colaborativa e de buscar soluções mais eficazes e humanizadas para o enfrentamento do problema. A necessidade de pensar e agir juntos foi enfatizada como essencial para alcançar resultados positivos. A presidente Amanda Cristina (IACAS) questiona sobre a presença do encaminhamento para a saúde (SAAVS). A delegada Juliana afirma que esta é a primeira providência tomada pela DEPCA. A convidada Cassandra Torres (CEVSCA) aborda que a notificação de violência, ainda enfrenta desafios significativos no que diz respeito à violência sexual e ao trabalho infantil, que são, frequentemente, as violências mais invisibilizadas dentro dos dados epidemiológicos. Em seguida, o delegado Bruno compareceu à reunião, expressando sua satisfação em recebê-los na sede da Polícia Civil e sua admiração pelo trabalho dos presentes na causa da proteção à criança e aos adolescentes, parabenizando a integração para estabelecer um fluxo mais efetivo. O Delegado Geral reforçou que a polícia é uma ferramenta da sociedade e está presente para levar ordem e paz à população. Ele assegurou que o policial não atua isoladamente e que o objetivo é levar informação para o interior para melhorar o atendimento, cujo filtro vem da população e da rede de proteção, se colocando à disposição para receber visitas na delegacia e trabalhar para melhorar os serviços. Em seguida, a presidente Amanda Cristina (IACAS) retomou a palavra, informando a SEJUSC assumiu a responsabilidade pela construção e criação do Conselho Gestor e do fluxo do centro integrado. Ela ressaltou que, a partir do fluxo interno da delegacia apresentado, é necessário construir o restante do fluxo, abrangendo o IML (que estará dentro do centro), a saúde, a Defensoria Pública e a assistência social. Ela enfatizou a necessidade de formalizar esse fluxo por escrito e encaminhá-lo para a Câmara e Assembleia Legislativa para que se torne lei, garantindo sua continuidade independentemente de mudanças de gestão. Ela lembrou que o Centro Integrado já é lei no estado do Amazonas. A presidente registrou a presença do diretor do IML. Ela enfatizou que o centro integrado

não pode ser inaugurado sem o fluxo interno definido, considerando que será um espaço de atuação conjunta de diversos órgãos. **e) O que houver:** A presidente Amanda Cristina (IACAS) pontuou a necessidade de garantir a presença do SAAVIS dentro do centro integrado. Foi levantada a questão das medicações e exames, que precisam ser bem definidas no fluxo. Delegada Juliana se colocou à disposição para participar das reuniões de construção do fluxo, independentemente de quem estiver presente. Em seguida, o conselheiro Roberto Said (SEFAZ), iniciou a apresentação sobre a quinta medição da obra. Foram mostradas imagens da evolução da obra entre janeiro e março, evidenciando avanços significativos na estrutura, cobertura, revestimento e paredes internas. O valor total da quinta medição apresentado foi de R\$ 261.000. O conselheiro põe em **VOTAÇÃO** para aprovação da quinta medição, **TODOS APROVAM**. Roberto levantou questões sobre o quantitativo de alguns itens de material de consumo aprovados na última assembleia (gaze em rolo, lenço umedecido e álcool etílico), que apresentavam quantidades excessivas e valores discrepantes. Ele sugeriu a revisão desses quantitativos e a aprovação de novos para encaminhamento à SEJUSC para compra. Houve uma discussão sobre a formalidade no envio dos processos para o conselho, ficou acordado que os processos seriam encaminhados via SIGED para melhor controle de prazos. O conselheiro também informou sobre o trabalho de captação de recursos para o Fundo da Criança e do Adolescente através da destinação de parte do Imposto de Renda. Serão realizadas visitas a órgãos públicos estratégicos (Tribunal de Justiça, Delegacia Geral, Procuradoria Geral do Estado etc.) e empresas do lucro real. Roberto apresentou um vídeo sobre o andamento da obra. Ele agradeceu à comissão pelo trabalho e ressaltou a importância do controle social. Foi levantada a necessidade de verificar a previsão de gastos e o rendimento da aplicação dos recursos do MPT para solicitar a autorização de uso, especialmente para o acréscimo na obra. Houve uma discussão sobre a comissão de implantação e fiscalização do centro integrado e a necessidade de fechar a compra de equipamentos e materiais permanentes complementares. Foi proposta uma reunião extraordinária no início da semana (terça-feira) para validar essa lista com a comissão e a engenharia, antes da reunião de quinta-feira com o conselho. Ficou agendada uma reunião virtual para terça-feira às 14h com a comissão do centro integrado para validar a lista de equipamentos e materiais complementares.

297 Foi solicitado o envio formal da lista para o conselho após essa pré-validação. Houve
298 uma discussão sobre a necessidade de uma reunião separada com o IML para
299 detalhar a lista de equipamentos de saúde. Jean Maximino levantou outra pauta sobre
300 ações em Silves e Itapiranga e a preparação para Parintins. A secretária Rosalina
301 Lobo (SEJUSC) fez um convite para que um representante do conselho participe de
302 uma agenda em Silves e Itapiranga nos dias 17 e 18. A secretária também discute a
303 necessidade de fortalecer a rede local nesses municípios e em Parintins,
304 especialmente em relação à portaria do Bumbódromo durante o festival, para evitar a
305 violação de direitos das crianças. A presidente Amanda Cristina Gomes Ferreira
306 (IACAS) agradece a participação de todos e nada mais a ser tratado dar-se por
307 encerrada a terceira reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança
308 e do Adolescente – CEDCA/AM.

309

310

Amanda Cristina Gomes Ferreira

311

Presidente do CEDCA/AM